



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

Concurso para a Magistratura

TJ-SE

A Justiça Eleitoral e o Ministério Público Eleitoral. Alistamento eleitoral e
domicílio eleitoral. Sistemas eleitorais. Direitos políticos, condições de
elegibilidade e causas de inelegibilidade. Convenções partidárias e registro de
candidatos. Organização das eleições, votação e diplomação dos eleitos.
Partidos políticos

Jaime Barreiros Neto

E-mail: jaimabarreirosneto@globo.com



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

Justiça Eleitoral e Ministério Público Eleitoral

- Organização e competência da Justiça Eleitoral.
- Funções da Justiça Eleitoral.
- O Ministério Público Eleitoral: organização e atribuições.
- Questões de concurso.



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

01. (FCC – Juiz Substituto – MS/ 2010) A Justiça Eleitoral brasileira:

- a) comprehende apenas três espécies de órgãos: o Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais e os juízes eleitorais.
- b) não comporta a redução ou a elevação do numero de juízes dos Tribunais Regionais Eleitorais.
- c) tem como Corregedor-Geral Eleitoral um Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- d) faz parte do Poder Judiciário da União.
- e) tem a sua organização e a sua competência confiadas a lei ordinária.

2. (FCC – Juiz Substituto – AP/ 2009) O Tribunal Superior Eleitoral elegerá o Corregedor Eleitoral dentre:

- a) os membros do Ministério Publico que fazem parte da sua composição.
- b) os advogados nomeados pelo Presidente da Republica.
- c) os Ministros do Supremo Tribunal Federal que o integram.
- d) os Ministros do Superior Tribunal de Justica que o integram.
- e) quaisquer de seus integrantes.

3. (FCC – Juiz de Direito Substituto-GO/ 2012) Haverá um Tribunal Regional Eleitoral na Capital de cada Estado e no Distrito Federal, cujas composições deverão incluir:

- a) mediante eleição, pelo voto secreto, dois juizes dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça do respectivo Estado.
- b) mediante eleição, pelo voto secreto, dois juízes, dentre juízes de direito, escolhidos pelo Tribunal Regional Eleitoral.
- c) mediante eleição, pelo voto secreto, um juiz dentre os membros do Ministério Público do respectivo Estado.
- d) um juiz de Tribunal Regional Federal, escolhido pelo Tribunal Regional Federal com jurisdição sob a respectiva Região.
- e) por nomeação, pelo Governador do Estado, dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça.

ALISTAMENTO ELEITORAL E DOMICÍLIO ELEITORAL

1. Noções conceituais.
2. O domicílio eleitoral.
3. Questões.

1. (FCC – Juiz Substituto – MS/ 2010) O alistamento eleitoral NAO é:

- a) facultativo para os naturalizados.
- b) facultativo para os analfabetos.
- c) facultativo para os maiores de setenta anos.
- d) facultativo para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- e) obrigatório para os maiores de dezoito anos.

2. (FCC – Juiz de Direito Substituto-GO/ 2012) Relativamente ao alistamento eleitoral, é INCORRETO afirmar que:

- a) o alistamento se faz mediante a qualificação e inscrição do eleitor.
- b) para o efeito da inscrição, é domicílio eleitoral o lugar de residência ou moradia do requerente, e, verificado ter o alistando mais de uma, considerar-se-á domicílio aquela que coincida com o seu local de trabalho.
- c) o alistando apresentara em cartório ou local previamente designado, requerimento em fórmula que obedecera ao modelo aprovado pelo Tribunal Superior.
- d) poderá o juiz se tiver dúvida quanto a identidade do requerente ou sobre qualquer outro requisito para o alistamento, converter o julgamento em diligência para que o alistando esclareça ou complete a prova ou, se for necessário, compareça pessoalmente a sua presença.
- e) os cegos alfabetizados pelo sistema “Braille”, que reunirem as demais condições de alistamento, podem qualificar-se mediante o preenchimento da fórmula impressa e a aposição do nome com as letras do referido alfabeto.

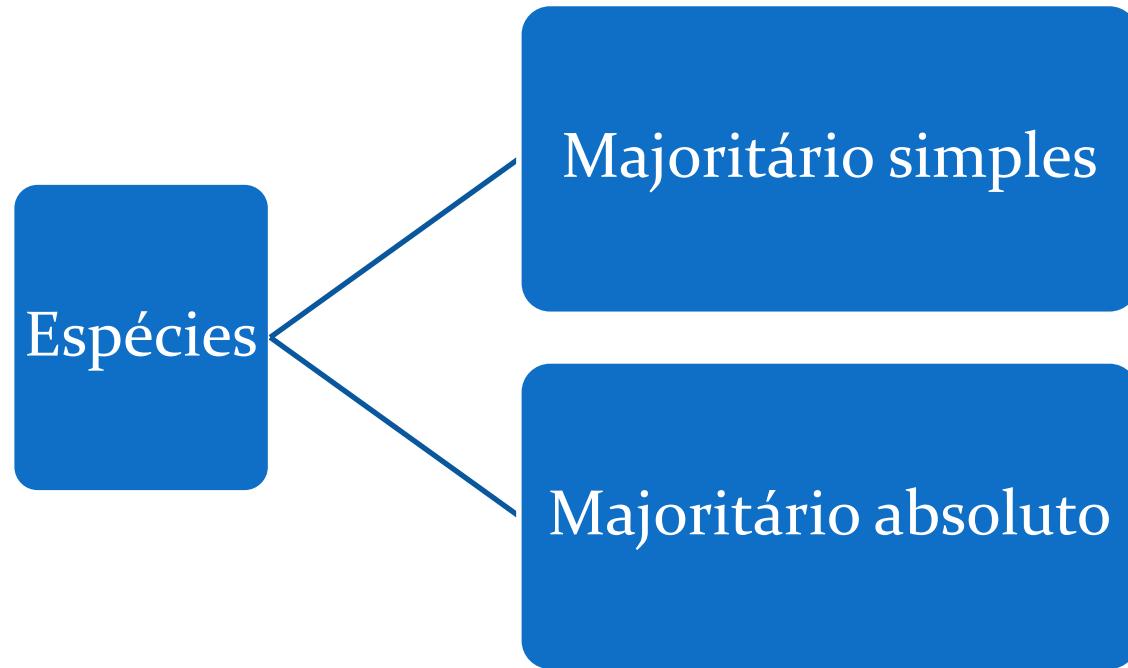
3. (FGV – Juiz Substituto – MS/ 2008) O domicilio eleitoral:

- a) subsume-se ao local em que a pessoa tenha vínculos sociais e empresariais.
- b) deve ser analisado de forma restritiva para evitar fraudes.
- c) é conceito que se identifica com o de domicilio civil.
- d) requer prova, a despeito de declaração escrita do eleitor.
- e) no caso de funcionário publico e obrigatoriamente o seu domicilio legal ou de lotação.

Os sistemas eleitorais

- O sistema majoritário
- O sistema proporcional de lista aberta
- O sistema proporcional de lista fechada
- O voto distrital
- O sistema misto

O sistema majoritário



O sistema proporcional de lista aberta

Município fictício

Total de eleitores: 1.200.000

Total de abstenções: 100.000

Total de votos nulos: 60.000

Total de votos brancos: 40.000

Total de votos válidos: 1.000.000

Total de cadeiras em disputa: 100

Quociente eleitoral: 10.000

O sistema proporcional de lista aberta

Município fictício: distribuição das cadeiras em disputa

Partido A: 32.500 votos : 10.000 = 3,25 → 03 cadeiras conquistadas

Partido B: 17.100 votos : 10.000 = 1,71 → 01 cadeira conquistada

Partido C: 9.999 votos: 10.000 = 0,99 → 00 cadeira conquistada

Coligação PD-PE: 42.300 votos : 10.000 = 4,23 → 04 cadeiras conquistadas

Partido F: 13.200 votos : 10.000 = 1,32 → 01 cadeira conquistada

Município fictício: aplicação da Fórmula D'Hont

Partido A: 32.500 votos : 03 (cadeiras conquistadas) + 01 = 8.125

Partido B: 17.100 votos : 01 (cadeira conquistada) + 01 = 8.555

Partido C: 9.999 votos: 00 (cadeira conquistada) + 01 = 9.999

Coligação PD-PE: 42.300 votos : 04 (cadeiras conquistadas) + 01 = 8.460

Partido F: 13.200 votos : 01 (cadeira conquistada) + 01 = 6.600

1^a vaga remanescente pertencerá ao Partido B

1. (FCC – Juiz Substituto – PE/ 2011) Sobre o sistema eleitoral brasileiro, no que se refere a representação proporcional, é correto afirmar:

- a) A deliberação sobre coligação caberá à Convenção Nacional de cada Partido, quando se tratar de eleição para a Câmara dos Deputados.
- b) Só poderão concorrer a distribuição dos lugares os Partidos e coligações que tiverem obtido quociente eleitoral, inclusive quando do preenchimento dos lugares não preenchidos com a aplicação dos quocientes partidários, salvo quando nenhum Partido ou coligação alcançar o quociente eleitoral, hipótese em que serão considerados eleitos, até serem preenchidos todos os lugares, os candidatos mais votados.
- c) Determina-se o quociente eleitoral dividindo-se o número de votos válidos apurados (ainda incluídos os votos em branco) pelo de lugares a preencher em cada circunscrição eleitoral.
- d) Na ocorrência de vaga, não havendo suplente para preenche-la, far-se-á eleição, salvo se faltarem menos de doze meses para findar o período de mandato.
- e) Em caso de empate, haver-se-á por eleito o candidato mais jovem.

Direitos políticos, elegibilidade e inelegibilidades

1. Os direitos políticos.
2. As condições de elegibilidade.
3. As causas de inelegibilidades.
4. Questões.

1. (FCC – Juiz Substituto – RR/ 2008) A respeito dos direitos políticos, é correto afirmar:

- a) A lei que alterar o processo eleitoral entrara em vigor na data de sua publicação, mas não se aplicara à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.
- b) Para candidatar-se a Governador de Estado, dentre outras condições de elegibilidade na forma da lei, exige-se a idade mínima de 21 anos.
- c) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo máximo de 30 dias contados da diplomação.
- d) A condenação criminal ainda não transitada em julgado implica em suspensão dos direitos políticos.
- e) A ação de impugnação de mandato, por força do princípio da transparência, não tramitaria em segredo de justiça e o autor não responderia por litigância de má-fé.

2. (FCC – Juiz Substituto – RR/ 2008) É de quatro meses o prazo de desincompatibilização, para candidatarem- se a Presidente ou Vice-Presidente da Republica, para os:

- a) que estejam ocupando cargo de direção em entidades representativas de classe, mantidas parcialmente por contribuições impostas pelo Poder Publico.
- b) Presidentes, Diretores e Superintendentes de Autarquias, Empresas Publicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações Publicas e as mantidas pelo Poder Publico.
- c) Secretários-gerais, os Secretários Executivos, os Secretários Nacionais, os Secretários Federais dos Ministérios e as pessoas que ocupem cargos equivalentes.
- d) chefes de órgãos de assessoramento direto, civil e militar, da Presidência da Republica.
- e) Magistrados, os Secretários de Estado e os membros dos Tribunais de Contas dos Estados.



CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS

E

REGISTRO DE CANDIDATURAS

01. (FCC – Juiz Substituto – MS/ 2010) Sobre o registro de candidatos, segundo o Código Eleitoral, assinale a afirmação INCORRETA.

- a) Somente podem concorrer as eleições candidatos registrados por partidos.
- b) Nenhum registro será admitido antes do período de cento e oitenta dias antes da eleição.
- c) Não é permitido registro de candidato embora para cargos diferentes, por mais de uma circunscrição ou para mais de um cargo na mesma circunscrição.
- d) Nas eleições realizadas pelo sistema proporcional o candidato deverá ser filiado ao partido, na circunscrição em que concorrer, pelo tempo que for fixado nos respectivos estatutos.
- e) Somente poderão inscrever candidatos os partidos que possuam diretório devidamente registrado na circunscrição em que se realizar a eleição.

2. (FCC – Juiz Substituto – PE/ 2011) NÃO e nula a votação quando:

- a) a maioria dos eleitores opta pelo voto nulo.
- b) efetuada em folhas de votação falsas.
- c) realizada em dia, hora, ou local diferentes do designado ou encerrada antes das 17 horas.
- d) preterida formalidade essencial do sigilo dos sufrágios.
- e) feita perante mesa não nomeada pelo juiz eleitoral, ou constituída com ofensa a letra da lei.

PARTIDOS POLÍTICOS

1. Noções gerais.
2. A questão da fidelidade partidária.
3. Questões.

01. (FCC – Juiz Substituto – MS/ 2010) Segundo a legislação brasileira, partido político.

- a) é pessoa jurídica de direito público, destinada a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição.
- b) deve ter caráter nacional, considerando-se como tal aquele que comprove o apoioamento de eleitores correspondentes a, pelo menos, um por cento dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, distribuídos por um terço, ou mais, dos Estados.
- c) pode adotar uniforme para seus membros.
- d) deve registrar seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral antes de adquirir personalidade jurídica na forma da lei civil.
- e) e de livre criação, fusão, incorporação e extinção, desde que o respectivo programa respeite a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana.

02. (FCC – Juiz Substituto – RR/ 2008) Os partidos políticos:

- a) adquirem personalidade jurídica com o registro do estatuto no Tribunal Superior Eleitoral.
- b) tem ação de caráter regional.
- c) podem adotar uniforme para seus membros.
- d) são pessoas jurídicas de direito privado.
- e) podem receber recursos do Fundo Partidário independentemente do registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

3. (FCC – Juiz Substituto – AP/ 2009) A respeito do acesso gratuito ao Rádio e a Televisão, na forma da Lei n° 9.096, de 19/09/1995, considere:

- I. A propaganda partidária, no rádio e na televisão, feita fora dos horários autorizados pela Justiça Eleitoral, não gozará do benefício da gratuidade.
- II. A propaganda partidária gratuita destina-se a difusão do programa partidário, bem como a divulgação da propaganda de candidatos a cargos eletivos.
- III. As transmissões serão em bloco, em cadeia nacional ou estadual, e em inserções de 30 segundos e 1 minuto, no intervalo da programação das emissoras.

Esta correto o que se afirma SOMENTE em

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) III.